

Melhoria é lenta

O secretário nacional de Segurança Pública, Luiz Fernando Corrêa, garantiu que as críticas do relatório da Anistia Internacional (AI) fundamentaram a reforma das instituições policiais e a transformação da postura dos agentes. "As mudanças exigem a correção de uma cultura histórica de instituições e da própria sociedade brasileira. Estamos mudando cultura", ressaltou.

Ele disse concordar com a denúncia da AI de que o plano de segurança pública lançado em 2003 pelo governo brasileiro fracassou. "O Sistema Único de Segurança Pública (Susp) está em fase de implementação. O Sistema Único de Saúde, que já tinha uma massa crítica prévia — os técnicos de saúde —, demorou mais de 12 anos para funcionar", comparou. O Susp foi criado em 2003.

Para Corrêa, o Susp representa uma quebra de paradigmas. "Estamos com uma política definida, que é facilmente fiscalizada. O tempo de maturação é proporcional à mobilização da sociedade", garantiu. O secretário explicou que a redução do Fundo Nacional de Segurança Pública — de R\$ 412 milhões para R\$ 170 milhões — ocorreu por problemas orçamentários. "Tanto o governo federal quanto os estaduais sofrem restrições, porque o país é pobre. Existe uma política superior definindo quanto será gasto. Temos duas opções: ou sentamos no meio-fio e choramos ou trabalhamos." Segundo ele, o Fundo recebeu R\$ 100 milhões na semana passada. Pelo atual modelo, as competências federais, estaduais e municipais se complementam. A Secretaria trabalha em regime de plena integração.

Na tentativa de coibir a tortura e o policiamento repressivo, Corrêa explica que a Secretaria tem atacado as instituições "de dentro para fora". A prioridade é revisar a formação dos policiais, por meio da matriz curricular nacional, que exige observância aos direitos humanos. "Temos um efetivo de mais de meio milhão nas ruas. Estamos provendo uma rede de ensino à distância, para formar mais policiais em menor espaço de tempo", argumentou. Até o fim do ano, a Secretaria credenciará duas faculdades por estado para cursos de especialização gratuitos aos agentes estaduais. A meta é atingir 1,6 mil policiais por curso. (RG)